

# Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhão: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica

## The Tupi in Ilha de São Luís - Maranhão: Historical Sources and Archaeological Research

Arkley Marques Bandeira\*  
arkley@brandeira.com.br

**Resumo:** Este artigo discute a importância das fontes históricas, representadas por crônicas, relatos, documentos administrativos, iconografias, entre outros, para compreensão da cultura material arqueológica associada aos povos Tupi na Ilha de São Luís – Maranhão. A perspectiva adotada neste estudo apresenta farto material documental que vem auxiliando consideravelmente as pesquisas arqueológicas realizadas na região, em particular, quando se trata do período de contato dos colonizadores europeus com as populações indígenas, no século XVII. Além disso, são apresentadas outras referências que enfocam especificamente a presença Tupi na Ilha de São Luís, a exemplo de pesquisas que estão evidenciando vestígios cerâmicos filiados a Tradição Arqueológica Tupiguarani em diversos sítios arqueológicos.

**Palavras-chave:** Arqueologia, História, Grupos Tupi

***Abstract:** This article discusses the importance of historical sources, represented by chronic, reports, administrative documents, iconography, among others, to understand the archaeological material culture associated with the Tupi people in Ilha de São Luís - Maranhão. The perspective adopted in this study presents extensive documentary material that is considerably assisting the archaeological research conducted in the region, particularly when it comes to the contact period of European settlers with indigenous peoples in the seventeenth century. In addition, we present other references that specifically focus on the Tupi presence in Ilha de São Luís, sample surveys are showing affiliated ceramic traces Tradition Archaeological Tupiguarani in several archaeological sites.*

***Keywords:** Archaeology, History, Tupi Groups*

---

\* Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Atualmente coordena a Casa da Memória do Ecomuseu Sítio do Físico, em São Luís-MA e presta consultoria na área de Patrimônio Cultural e Arqueológico. É coordenador do Projeto Sambaquis do Maranhão, em parceria com instituições e pesquisadores do Brasil e Exterior.

## Introdução

Datam dos primeiros momentos da colonização, ainda nos Quinhentos, os documentos mais antigos sobre as populações que já habitavam o território que hoje conhecemos como Brasil, no momento da chegada dos europeus. Desde o século XVI abundam cartas, ofícios, mapas, iconografias e importantes narrativas elaborados por cronistas, religiosos e viajantes sobre esses habitantes, que ficaram conhecidos erroneamente como índios.

Nos primeiros anos da colonização uma situação bastante incomum para os europeus foi registrada: os povos recém-contatados falavam uma língua bastante semelhante em uma grande faixa de terra, que se estendia desde o litoral setentrional até o meridional, além de regiões interioranas, nos cursos dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Tietê, Paraná e em regiões de domínio espanhol.

Essas línguas, aparentadas entre si, foram agrupadas em um tronco linguístico denominado de Tupi, que segundo Rodrigues & Cabral (2007) é constituído por dez famílias linguísticas para as quais é admitida uma origem pré-histórica comum, possivelmente uma língua ancestral Prototupi.<sup>1</sup>

Sob uma perspectiva histórica, o termo tupi já estava sendo utilizado desde o século XVI para nominar os grupos indígenas do litoral de São Paulo e os falantes da língua brasílica que habitavam todo o litoral (NAVARRO, 2005). A partir deste período o termo foi se popularizando nos relatos dos cronistas, religiosos e viajantes.

Sob uma perspectiva arqueológica, a apropriação do termo Tupi para nominar a cultura material associada a esses povos ocorreu ainda na década de 1960, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas –

PRONAPA<sup>2</sup> (SCHIMITZ, 2010), sob os auspícios de Betty Meggers e Cilliford Evans.

Nesse bojo, a cultura material arqueológica recebeu uma denominação que fazia claras referências a um grupo étnico, que no caso seriam os falantes Tupi-Guarani, principalmente pelo fato dos sítios arqueológicos se situarem em locais próximos as aldeias desses povos ou em regiões historicamente ocupadas pelos Tupis. Além disso, houve uma forte associação dos vestígios arqueológicos, principalmente a cerâmica com os objetos descritos pelos cronistas, sendo que algumas características como vasilhas pintadas em policromia e tratamentos plásticos foram tomados como elementos diagnósticos definidores para associar os vestígios arqueológicos pré-coloniais com os povos Tupis conhecidos historicamente.

Com vistas a evitar possíveis confusões entre historiadores, linguistas e arqueólogos quando se tratava da temática Tupi, os pronapianos convencionaram denominar a cultura material arqueológica associada aos povos de língua Tupi-Guarani de Tradição Tupi-guarani (sem o hífen) para evitar conotações ou associações diretas.

O presente artigo objetiva contribuir com as discussões mais recentes sobre a arqueologia dos grupos Tupis do Nordeste apresentando referências documentais sobre esses povos, a partir de uma perspectiva regional da Ilha de São Luís, estado do Maranhão. Para tanto, as argumentações apresentadas neste texto estarão pautadas em documentação histórica datada desde o período colonial, a exemplo de ofícios, mapas e iconografias e referências sobre a existência de sítios arqueológicos filiados aos grupos Tupi, que habitavam a região de estudo no momento da chegada dos primeiros colonizadores europeus.

<sup>1</sup> As dez famílias foram classificadas como Arikém (AR), Awetí (AW), Jurúna (JU), Mawé (MA), Mondé (MO), Mundurukú (MU), Puruborá (PU), Ramaráma (RA), Tuparí (TU) e Tupi-Guarani (TG), totalizando atualmente 40 línguas. Os linguistas costumam dividir as famílias e línguas do Tronco Tupi em ocidentais, aglutinando as famílias AR, MO, PU, RA e TU, que se situam na bacia do rio Madeira, no sudoeste da Amazônia e orientais, cujas línguas se distribuem da bacia do Madeira para leste, nas bacias do Tapajós e do Xingu. Por fim, a Tupi-Guarani ocorre também na bacia do Tocantins e na bacia platina, assim como na costa atlântica (RODRIGUES; CABRAL, 2007).

<sup>2</sup> Os objetivos do PRONAPA consistiam em selecionar áreas para pesquisa arqueológica, visando criar um panorama inicial das culturas arqueológica brasileiras. Em cada Estado foram selecionadas cinco regiões, representando diferentes redes de drenagem. Dentro delas todos os sítios arqueológicos eram catalogados, mapeados e amostrados através de coleções superficiais e escavações estratigráficas. Após a etapa de campo procedia-se com a análise do material coletado, com a classificação do período pré-cerâmico e cerâmico, sendo esse último analisado com base no método de Ford (1962), para construção de sequências seriadas. Cada sequência seriada representava uma fase ou cultura arqueológica, caracterizada por elementos diagnósticos típicos, baseados em similaridades ou especificidades (PRONAPA, 1969). O termo fase foi criado para designar complexos culturais arqueológicos, visto não conter implicações de natureza etnológica, embora uma fase, na visão pronapiana, poderia representar uma cultura ou grupo cultural. Essa classificação foi severamente criticada por arqueólogos vinculados a outros postulados teórico-metodológicos advindos de correntes de pensamento adotadas no Brasil, a partir da década de 1980.

## A ilha de São Luís: espaço e tempo

Em finais do século XVI, no reinado de Maria de Médicis, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, obteve autorização real para realizar sua expedição para colonização do norte do Brasil, no intuito de fundar a França Equinocial, onde hoje encontra-se a Ilha de São Luís. Data de 1524 as primeiras explorações dos armadores de Dieppe ao Maranhão. Precedeu a fundação da Ilha de São Luís duas viagens de reconhecimento feitas pro La Ravardière e outras expedições, a exemplo da de Riffault, em 1594 e a de desVaux, que permaneceu entre os indígenas, praticando o escambo (D'ÉVREUX, 2002).

Nesse ínterim, Portugal fracassava em algumas tentativas de fixação de colonos nessa porção do Brasil:

*Como uma porta de entrada para exploração da América, este ponto do litoral norte foi visitado pelo espanhol Vicente Yanez Pinzon em 1500; pelos portugueses Ayres da Cunha, Fernão Álvares de Andrade e João de Barros, primeiro donatário da Capitania, que naufragaram na costa 1535; Luiz de Melo da Silva, em 1554 e depois em 1573, já como donatário; pelos filhos de João de Barros, Jerônimo e João, em 1556 (SÃO LUÍS, 2008, p. 12).*

Na expedição da França Equinocial, acompanharam Daniel de La Touche, Francisco de Rasilly e o Barão de Sancy, que desembarcaram em terras maranhenses em 24 de julho de 1612, na ilha de Sant' Ana, sendo que em 06 de agosto do mesmo ano os franceses aportam em Jeviré (ponta de São Francisco), onde já se localizavam as feitorias francesas de Du Manoír e do Capitão Gerard (VAZ, 1994).

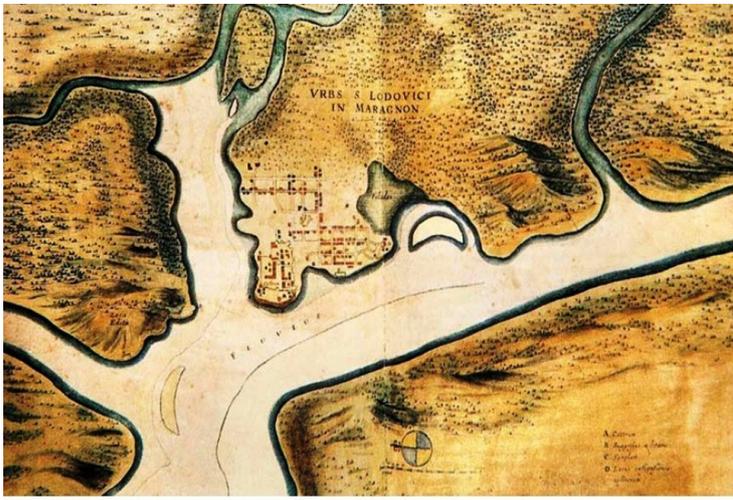
Após a cerimônia de posse e fundação da França Equinocial, partiram os franceses Rasilly, o Barão de Sancy e os padres Claude d'Abbeville e Arsène de Paris, para o reconhecimento das aldeias da Ilha de São Luís. Acompanhou a comitiva um francês que já residia na região, denominado David Migan, que serviu de intérprete e guia.



**Figura 1**—Implantação da Cruz pelos Padres Capuchinhos no século XVII, como marco da colonização francesa na Ilha de São Luís. Fonte: John Carter Library, Brown University.

**Figure 1**—Implementation of the cross by the Capuchin Fathers in the seventeenth century as a land mark of French colonization in Ilha de São Luís. Source: John Carter Library, Brown University.

A “restauração” de São Luís do domínio dos franceses ocorreu em 4 de novembro de 1615, pelo Capitão Alexandre de Moura. A capitulação dos franceses deu-se no Sítio Sardinha, onde até o século XVIII existia um forte, na atual Ponta do São Francisco, situada em frente ao Palácio dos Leões (RIBEIRO DO AMARAL, 2010). Naquele lugar foi travada a batalha final que expulsou de vez a Coroa francesa do Maranhão, encerrando o sonho da França Equinocial. Quando São Luís, capital do Maranhão, se integrou ao Império do Brasil, no período provincial, já possuía praticamente o mesmo território conhecido atualmente.



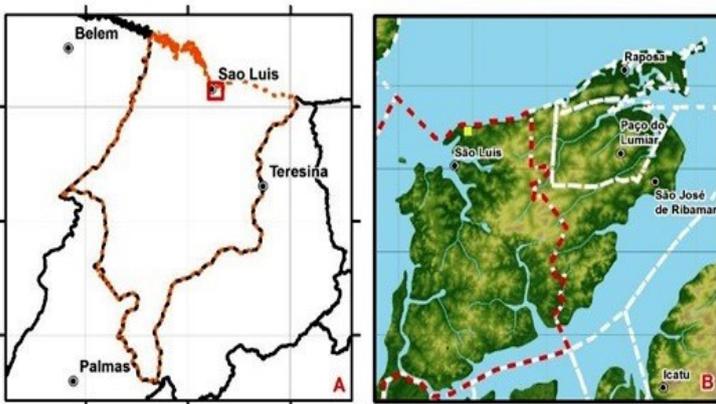
Urbs (sancti) Ludovici in Maragnon, mapa do núcleo fundacional de São Luís, 1647. Livro de Gaspar Barleus. Estampa 52, Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). MAPA DEL NUCLEO FUNDACIONAL DE SAN LUIS.

**Figura 2**—Planta holandesa do século XVI com núcleo primitivo de São Luís e terras vizinhas.

**Figure 2**—Dutch Plant at sixteenth century with primitive core of São Luís and surrounding lands.

Em termos territoriais, a Ilha de São Luís, também denominada de Ilha Grande, Ilha de *Upaon Açu* e Ilha do Maranhão, é composta por quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa e possui aproximadamente 831,7 km<sup>2</sup> de área.

Ela situa-se ao norte do Maranhão, Nordeste do Brasil, e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com a baía de São José e o Estreito dos Mosquitos; a leste com a baía de São José e a oeste com a baía de São Marcos, nas coordenadas 02°22'23" e 02°51'00" Latitude Sul; 44°26'41" e 43°59'41" de Longitude Oeste, em feição geológico-geomorfológica do Golfão Maranhense, sendo esta uma articulação regional da costa brasileira caracterizada por um grande e complexo sistema estuarino, delimitado pelas baías de São Marcos e de São José (IMESC, 2001).

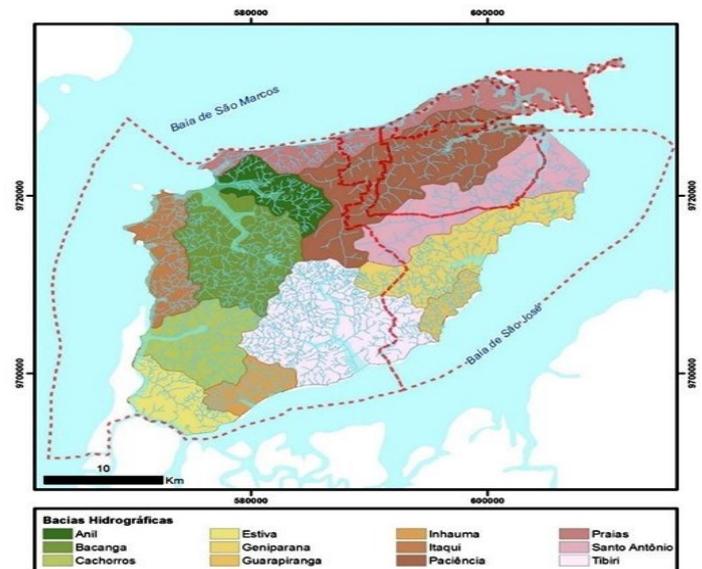


**Figura 3**—Inserção geográfica da Ilha de São Luís e municípios formadores.

**Figure 3**—Geographic Insertion of Ilha de São Luís and trainers municipalities.

Essa planície flúvio-marinha é formada por estuários afogados dos rios Mearim, Itapecuru e Munim, constituindo uma região rebaixada com numerosas lagoas fluviais e extensas várzeas inundáveis (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2006). Além disso, possui 12 (doze) bacias hidrográficas, a exemplo de Tibiri, Paciência, Inhaúma, Praias, Santo Antônio, Estiva, Geniparana, Cachorros, Guarapiranga, Itaqui, bem como, Bacanga e Anil, nas quais rios de pequeno porte deságuam em diversas direções abrangendo dunas e praias.

Na área litorânea do Golfão Maranhense encontram-se formações de apicuns, baías, braços de mar, cordões arenosos, furos, ilhas, manguezais, áreas de vasas e praias. A proximidade do Equador e a configuração do relevo favorecem a amplitude das marés, que alcançam até 7,2 m, com média aproximadamente de 6,6 m, e penetram os leitos dos rios causando influências até cerca de 150 km continente adentro (FEITOSA; TROVÃO, 2006).



**Figura 4**—Bacias hidrográficas da Ilha de São Luís.

**Figure 4**—Rivers of Ilha de São Luís.

## Fontes históricas e a presença dos tupis na ilha de São Luís

Para a Ilha de São Luís foram produzidos importantes documentos sobre a história indígena no norte do Brasil, datados desde os primeiros momentos da colonização. Essa documentação está representada por narrativas, cartas, ofícios, mapas, iconografias, etc.,

que cobrem os primeiros dois séculos da presença europeia e seu contato com os povos indígenas.

De particular importância são os relatos de cronistas, viajantes e religiosos, que descreveram os primeiros contatos entre europeus e os povos indígenas na Ilha de São Luís, que foram conscientemente denominados como Tupinambá pelos padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Ives d'Évreux, entre os anos de 1612 e 1614.

Segundo o padre Claude d'Abbeville (2002), a chegada dos Tupinambá à Ilha de São Luís ocorreu já em período histórico, conforme o relato a seguir:

*Haverá sete anos que certo personagem, cujo nome e qualidade calarei por circunstâncias, vendo que os índios Tupinambás que antigamente moravam no Trópico de Capricórnio se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças, evitando o domínio dos portugueses, saiu de Pernambuco com um seu companheiro, trazendo alguns portugueses, e oito a dez mil índios, entre homens, mulheres e meninos, todos da mesma nação aí existente (D'ABBEVILLE, 2002, p. 93).*

Nesta mesma passagem, o autor descreveu:

*Fazia pequenas viagens por dia por causa dos mais fracos da sua comitiva. Durante a viagem, os membros desta grande comitiva alimentavam-se somente de raízes que extraíam da terra, de frutos de árvores, de peixes que apanhavam, de pássaros, e de outras espécies de animais que agarravam, com farinha, que traíam, e onde lhes faltou esta, aí ficaram para plantar mandioca, e se demoraram até que pudessem fabricar farinha (D'ABBEVILLE, 2002, p. 93).*

Nesse longo percurso, os indígenas passaram por regiões interioranas até alcançar as aldeias de canibais, onde acamparam na montanha denominada de Cotiua. Nesta existia entre sete a oito aldeias de índios, cujos habitantes se refugiaram na serra de Ibuiapap, vizinha a Cotiua. A montanha de Ibuiapap ou Montanha Grande é “uma excelente moradia, por ser a temperatura do ar nem quente e nem fria, o que faz com que seja essa montanha muito habitada, e por isso nela

existam mais de 200 aldeias de índios” (D'ABBEVILLE, 2002, p. 95).

Após intensa batalha entre portugueses e franceses, cujos aliados indígenas participaram ativamente de cada lado, os da Serra da Ibuiapap apoiando os franceses e os de Pernambuco apoiando os portugueses, ocasionou grande mortandade de ambos os lados, muitos índios da Montanha Grande se retiraram para a Ilha do Maranhão (D'ABBEVILLE, 2002).

A referência fundamental da obra de Claude d'Abbeville para a etnohistória da Ilha de São Luís foi a descrição das aldeias visitadas pelos capuchinhos franceses durante sua curta permanência. Sobre este aspecto, esse padre escreveu:

*Ainda que o pequeno número de quatro que erámos antes da morte do Revdo. Padre Ambrósio, não nos permitisse satisfazer os desejos dos índios de ter cada aldeia um pai, contudo achamos acertado fixar residência nos quatro principais lugares da Ilha para contentá-los, sem separar-nos muito uns dos outros a fim de ser possível ver-nos muitas vezes (D'ABBEVILLE, 2002, p. 111).*

Participaram da empreitada os padres Claude d'Abbeville, juntamente com Reverendo Arsênio, Senhor de Rasily, Senhor de Launay e o Senhor Des Vaux, que saíram do Convento de São Francisco em 28 de setembro, em companhia de alguns criados e indígenas (D'ABBEVILLE, 2002). O capuchinho relatou a existência de 27 aldeias conforme o relato a seguir:

*Está a primeira aldeia na ponta de terra vizinha ao lugar de desembarque na Ilha Grande, vindo da Ilhazinha de Santa Ana: chama-se **Timboú**, nome significativo de raiz de uma certa árvore chamada euue, que serve para embriagar os peixes. Tem esta aldeia dois principais, Uaruma-Uaçu, nome da árvore e dos ramos com que fazem os crivos para passar ou peneirar a farinha. Chama-se outro Sauçuacã, “cabeça de onça”. Chama-se a segunda aldeia de **Itapari**, isto é, “tapada, curral, ou camboa de peixe”, porque aí existem dois ou três currais destes. Tem também dois principais, um chamado Metarupua,*

isto é, “pedra branca”, que costumam a trazer embutida no beijo. É um bom índio, muito amigo dos franceses, que de ordinário o chamam pelo nome de caranguejo. Chama-se o segundo Auati, ou “milho negro”. A terceira aldeia é a **Carnaupió**, nome derivado da árvore carnal. Tem dois principais, chama-se o primeiro de Marcoia-Pero, nome derivado da casca de um fruto amargoso chamado morgoiaue, e o segundo Araruçuai, que significa “cauda de arara”, pássaro vermelho, misturado com outras cores. Chama-se a quarta **Euaine**, “água velha” ou água turva”. Também tem dois principais: Uíra-Uassupinim, pássaro grande e caçador, enfeitado de diversas cores, e o outro Jereuçu, nome de certa ave. A quinta aldeia é **Itaenddaue**, isto é, “largo de pedra”. Chama-se o principal Uaignon-Mondeuue, “lugar onde se apanham pedras azuis”. Chama-se a sexta **Araçuí** – **Ieuue**, isto é, o bonito pássaro que tem tal nome. O principal tem o nome de Tamano, isto é, “Pedra Morta”. Chama-se a sétima **Pindotuue**, em vez de Pindó, que são as folhas das palmeiras com que cobrem suas casas. Os seus habitantes estão agora com o de Carnaupió, tendo o principal Margoia-Pero, que significa a casca amargosa de um fruto com tal nome. A oitava aldeia chamada **Uatimbup**, raiz de timbó. Chama-se o principal Uirapoutian, “Brasil”. É um grande guerreiro, muito amigo dos franceses. Esta aldeia é vizinha do Junipará. A nova aldeia, a maior e mais saliente de todas, chama-se **Junipará**, que significa jenipapo amargo, fruto mui amargo quando não está maduro. Chama-se seu principal Japi-Uaçu ou simplesmente Japiaçu, isto é, um passarinho mosqueado de várias cores, um dos mais raros e mais bonitos da Índia. É o primeiro e o maior Boruuichaue, não só desta aldeia, mas também de todas a Ilha Grande. Além deste, ainda aí existem quatro principais a saber: Jacupém, que significa faisão, Tatu-açu, “fogo grande”; Tecuare-Ubuí, “maré de sangue”; Paquarrabeu, “barriga de uma paca cheia d’água”. Chama-se a décima **Toroippeep**, isto é, calçado, há dois principais nessa ilha, um chamado Perauiá, “abraço de peixe”, e outro Auapaã, isto é, “homem que não sabe atravessar”. A undécima chama-se **Januarém**, “cão fedorento”. Tem dois principais: um chamado, Urubuanpã, “corvo inchado”, e outro, Taicuiú, nome derivado de um

passarinho. A duodécima é conhecida por **Uarapirã**, “cova vermelha”. Tem por principal Itapucusã, que significa grilheta ou ferro com que se prendem os pés. Chama-se a décima terceira Coieup, isto é, “uma cabaça, que serve de prato”. Tem dois principais, um, chamado Mutim “miçanga branca”, e o outro, seu irmão, Ouira-uaçu, que significa o olho de um pássaro grande. A décima quarta chama-se **Eussauap**, isto é, “lugar onde se come caranguejo”. É uma das maiores aldeias da Ilha, e onde há quatro principais. Chama-se o primeiro Tatu-açu, “tatu grande”; o grande o segundo uma vez; o segundo uma vez Corassaçu, “pescoço comprido”, e outras Mauariaçu, nome tirado de um grande pássaro branco; o terceiro, Tai-açu, “o javali”, o quarto Tapireuíra, “coxa de vaca”. A décima quinta aldeia chama-se **Maracanã** – **pisip**, nome derivado da ave grande maracanã. Tem três principais, sendo o primeiro Terere “nome”, o segundo Aiuru-uaçu “papagaio grande”, o terceiro Uara-aubuí, “pássaro azul”. Chama-se: a décima sexta, **Taperuçu**, aldeia grande e velha, e seu principal é Quatiare-Uçu, “carta ou letra grande”. A décima sétima **Torupé**, “a beberagem: tem dois principais, um chamado Uirapapeup, “arco chato”, e outro Carautá-uare, “comedor de carautá”. A décima oitava, **Aqueteuue** “praça de peixe”. É seu principal Tupiaçu, nome derivado da cinta em que, presa ao pescoço, trazem seus filhos. A décima nona, **Caranavue** “palmeira”, e o seu principal Boi, “cobrinha”. A vigésima, **Ieuireé** (os franceses chama de Iuiet) “pernas finas”, e o seu principal Canuaaçu, “tintura”. A vigésima primeira, **Eucatu**, “água boa”, e o seu principal **Januare-auaeté**, “onça feroz”, ou o “cão grande”, bom índio e muito amigo dos franceses. A vigésima segunda, **Jeuireé**, a pequena, e o seus principais são Canuamiri, “tintura pequena”, e Euuaiuantim, “fruto picante”. A vigésima terceira, **Uri-Uaçuueupé**, “lugar onde existem macorãs, que são peixes assim chamados, e o seu principal, Ambuá-açu, nome derivado de uma espécie de baga, que tem um pé de cumprimento. A vigésima quarta, **Maiue** ou **Maioba**, “nome de certas folhas de árvores muito compridas e largas”. Tem dois principais, um, Jacuparim, “faisão adunco”, e o outro, Juantim, “cachorro branco”. A vigésima quinta, **Pacuri-**

*euue*, “árvore de bacuri, e o seu principal, Taiapuã, “raiz grossa”. A vigésima sexta, *Euapar* “água torcida”, e o principal, *Tocaiacu*, “galinheiro grande”. A vigésima sétima, *Meuroti-euue*, “cacete ou árvore de palmeira” e o seu principal, *Conronron-açu* “grande roncador” (grifo nosso) (D’ABBEVILLE, 2002, p. 185-88).



**Figura 5**—Reconstituição hipotética da localização das aldeias indígenas em São Luís, no início do século XVII, quando da chegada dos franceses. (Fonte NOBERTO, 2012).

**Figure 5**—hypothetical reconstitution of the location of Indian villages in São Luís, in the early seventeenth century, when the arrival of the French. (Source NOBERTO, 2012).

A descrição das regiões percorridas chega a ser tão precisa que a toponímia atual e a cartografia de algumas regiões na Ilha de São Luís correspondem à denominação indígena utilizada na obra do capuchinho, a exemplo de Maioba, Maracanã, Timbaú, Turu, Itapari, Iguaiá, Pindaí, etc.

Para melhor entendimento da localização das aldeias Tupinambá na Ilha de São Luís, imediatamente após a chegada dos franceses no Maranhão, convém descrever o que se falou sobre algumas das 27 (vinte e sete) aldeias existentes:

*Bem defronte da nossa residência embarcamos em canoas, e os índios as remaram pelo rio Maiuüé<sup>3</sup> até já pelo fim da tarde quando chegamos a Toroup<sup>4</sup>, aldeia mais próxima. Imediatamente foi convocada reunião geral pelo principal da aldeia onde*

*residiam todos os velhos. Ai compareceu o Sr. Des Vaux, e fez-lhe ver qual a causa da nossa vinda, e eles nos acolheram com muito prazer (D’ABBEVILLE, 2002, p. 112).*

Após chegar à primeira aldeia denominada de *Toroup*, os missionários participaram da caminhada para a segunda aldeia, denominada de *Junipará*, conforme é descrito:

*Tendo nós muita pressa de ir a Junipará, (aldeia mais notável da Ilha, e onde erámos esperados pelos seis habitantes), despedimo-nos na manhã seguinte dos índios, e seguimos por terra acompanhados por alguns deles, que não nos quiseram deixar já por satisfação, e para nos ensinar o caminho até Januarém, bonita aldeia, onde chegamos pelo meio-dia, sendo recebidos pelos principais e seus habitantes com todo o acolhimento e caridade, urbanidade e afagos possíveis (D’ABBEVILLE, 2002, p. 112).*

Em *Januarém*, a segunda aldeia visitada pela comitiva, foi realizado o batismo de uma criança de dois anos e, após o ato litúrgico, os franceses partiram com mais alguns índios dessa aldeia em direção à pequena aldeia de *Junipará*, que atravessaram sem se deter até chegar à Aldeia Grande, de mesmo nome (D’ABBEVILLE, 2002).

Sobre esse aspecto, d’Abbeville (2002) comentou:

*Começamos logo conversar com o principal Japiacu, o maior de todo o país, que governa a todos, e a quem todos consultam quando intentam alguma coisa importante. Na verdade, é um homem de muito timo, judicioso, prudente de boas idéias, e digno de admiração quando fala especialmente em Deus, a seu modo, do dilúvio universal, e nas suas crenças mantidas entre eles de pais a filhos. Maravilha ouvi-lo falar em todas estas coisas, mormente no pesado domínio dos portugueses, que os forçou a abandonar*

<sup>3</sup> Rio Anil. Rio que deságua na Baía de São Marcos, juntamente com o Bacanga, corta o interior da Ilha de São Luís.

<sup>4</sup> Turu. Essa localidade permanece com o mesmo nome, sendo atualmente um bairro residencial. Nesse local existem relatos da existência de um sítio arqueológico localizado na Chácara Rosane, ainda existente, também denominado de Rosane, conforme relato de Lima e Aroso (1989).

*suas terras e abrigarem-se aqui* (D'ABBEVILLE, 2002, p. 114).

A aldeia de *Juniparã* era a maior e principal aldeia da Ilha Grande, sendo a quarta aldeia visitada. Em 13 de outubro de 1612 foi erguida uma cruz em sua praça central, para depois a missão seguir até *Carnaupió* (D'ABBEVILLE, 2002). Foi relatada nessa ocasião uma importante passagem sobre o comportamento indígena relacionado à rotatividade das aldeias:

*[...] disse Japiaçu que o único pesar que ele e os seus sentiam era o de terem de abandonar Juniparã e irem residir por cinco ou seis luas num lugar longe daí um quarto ou meia légua (porque costumavam mudar de lugar e de casa de cinco em cinco, ou seis em seis anos) lamentando todos a deixar a cruz agora erguida* (D'ABBEVILLE, 2002, p. 130).

Após a implantação da cruz em *Juniparã* a comitiva partiu pela manhã para *Carnaupió*, passando pela aldeia de *Uatimbu*, onde os franceses não permaneceram, pois o principal estava em guerra desde a chegada desses no Maranhão (D'ABBEVILLE, 2002).

A aldeia de *Carnaupió* foi alcançada no fim do mesmo dia de partida de *Juniparã*, sendo *Carnaupió* a sexta visitada. Esta se localizava em um lugar agradável, próximo ao um belo rio, cujo principal chamava-se *Marcoia – Pero*. Após a visita nessa aldeia, os franceses partiram para a Aldeia de *Itapari*, sendo essa, a sétima aldeia visitada (D'ABBEVILLE, 2002).

Partindo de *Itapari*, os franceses, no mesmo dia, chegaram à oitava aldeia dessa viagem, denominada de *Timboú*, situada à beira-mar, onde eles dormiram, juntamente com o principal de *Itapari*. Na tarde do outro dia, os franceses foram surpreendidos pelo falecimento de um dos filhos do principal (D'ABBEVILLE, 2002).

No percurso em direção à aldeia de *d'Essauap*<sup>5</sup>, que segundo o relato de d'Abbeville (2002), seria

a mais notável depois de *Juniparã*, os franceses passaram novamente pela aldeia de *Juniparã Pequeno*, a meia légua da *Juniparã Grande*, encontrando no caminho a Aldeia da *Maioba*, atualmente conhecida como *Ma-iobinha*, sendo esta a nona aldeia.

Saindo da *Maioba* a comitiva se dirigiu a décima aldeia denominada de *Caieup*, onde foram recebidos com todas as demonstrações de apreço e com os indígenas se alegrando e festejando a presença dos estrangeiros. Uma passagem digna de nota é a existência de um ancião morador dessa aldeia, denominado de *Su-Uassuac*, que era pai da mulher de *Japiaçu*, o maior *Buruichaue* do Maranhão. Segundo relato de Abbeville (2002), esse senhor tinha “160 anos” e discursava sobre a importância dos franceses e dos inimigos portugueses.

De *Caieup*, os franceses embarcaram em uma canoa até a décima primeira aldeia da expedição, denominada de *Eussauap*, onde foram recebidos no sábado por franceses residentes nessa localidade, inclusive o Senhor de Pezieux. Os indígenas dessa aldeia já haviam edificado uma capela com altar (D'ABBEVILLE, 2002).

Na ocasião da visita a *Eussauap*, o Senhor de Rasily teve que retornar ao Forte São Luís para tratar de negócios. O retorno à sede foi feito pelas aldeias de *Euaiue*, *Eucatu* e *Euapar*, bem como outras aldeias observadas no percurso. Tais aldeias foram a décima segunda, décima terceira e décima quarta observadas na Ilha Grande (D'ABBEVILLE, 2002).

Em seguida, o Senhor de Rasily e o Padre Arsênio dirigiram-se para a décima quinta aldeia, denominada de *Tapi-tuçon*, onde foram acolhidos pelo principal *Quatiare-Uçu* (D'ABBEVILLE, 2002). Após os primeiros contatos, a comitiva necessitou se concentrar nas arrumações do núcleo fundacional francês, sendo que a partir de então, muitos principais das aldeias eram recebidos pelos colonizadores na própria fortificação.

Em seus relatos, além de descrever os aspectos naturais da região, d'Abbeville (2002) ainda registrou a localização de outros aldeamentos e as características

<sup>5</sup> A aldeia de *Eussauap* corresponde atualmente ao sítio arqueológico Vinhais Velho, já escavado por Bandeira (2014). *Caieup* pode significar Cutim: pequeno rio que corre na Ilha de São Luís, e conflúente do rio Anil. Dista um pouco mais de uma légua da capital, podendo significar Ponta de Roça. Outras grafias para Cutim são: Coty, Cutim, Cotim, Cuti, Acuti e Cotim.

das habitações, bem como a existência de mais indígenas na região.

Em relação à quantidade de habitantes que viviam nas aldeias da Ilha de São Luís, o capuchinho informou que algumas “contam com 200 ou 300 habitantes, e outras 500 e 600, ora mais, ora menos, em toda a ilha existem 10.000 a 10.200 almas” (D’ABBEVILLE, 2002, p. 188).

Com relação às características das habitações, o Padre francês informou:

*Suas aldeias, a que chamam oc ou taue em sua linguagem, não passam de quatro casas, feitas de paus grossos, ou de estacas, cobertas de cima até embaixo de folhas da palmeira chamada pindó (pindoba) que se encontra em grande abundância nos bosques, e bem dispostas, ou arranjadas na casa, resistem à chuva. Tem estas casas 26 a 30 pés de largura, e 200, 300, 400 ou 500 de comprimento, conforme o número de seus habitantes. São arrumadas em forma de claustro, isto é, em quadrado como a Praça Real de Paris, havendo no meio uma praça grande e bonita. As quatro casas assim dispostas, com a praça no centro, formam uma aldeia, e como estas uma maiores e outras menores (D’ABBEVILLE, 2002, p. 185).*

Após a implantação da aldeia, a vida transcorria tranquilamente, com plantio de mandiocas e batatas para o sustento, sendo que nas moradas “não têm separação alguma e por isso tudo se vê de uma extremidade a outra: apesar de tudo isso, não há aí confusão, porque cada pai de família vive em seu canto com sua mulher e filhos, escravos e móveis” (D’ABBEVILLE, 2002, p. 265).

Sobre esse aspecto Ives d’ Evreux (2002, p. 104-105) comentou:

*As aldeias são divididas em quatro habitações, sob o governo de um muruichaue, para o temporal, em um pagy-uaçu, isto é, um feiticeiro para as moléstias e bruxarias. Cada habitação tem o seu o seu Principal: estes quatro principais estão sob as ordens do maioral da aldeia, o qual, conjuntamente com outros de várias aldeias, obedecem ao principal soberano da província. Cada cabana é dividida em duas partes é sub-*



Figura 6



Figura 7

Figures 6 and 7—Morphology of Tupinambás villages in Brazil, demonstrating areas of fields, houses and harbor. Source: Hans Staden, 1999.

*dividida em várias habitações, que se chamam Ok ou Cherok, quer dizer, meu lado, minha habitação; a cabana é chamada Cheretan. Essas habitações medem cerca de três toesas entre duas vigas, nas quais eles suspendem suas redes de algodão. Nestas habitações mora cada família sob o comando de um pai de família, e todos os pais de família de cada cabana reconhecem o Principal da mesma cabana (D’ÉVREUX, 2002, p. 104-105).*

Além de informações sobre a implantação das aldeias, muitas informações se relacionaram com a cul-

tura material dos Tupinambá, a exemplo de vestimentas e paramento:

*Eles perfuram as bochechas, os lábios, as narinas dos dois lados, e em vários lugares, onde enfiam ossos, dentes, pedras, espetos. Na primeira vez que você chega a essas terras, vendo-os com estes adereços, você não sabe se deve ter medo ou se deve rir. Já vi alguns que tinham furado o nariz, as bochechas, os lábios, a fim de imitar a calda de uma onça (a qual tem a face parecida com a de um gato furioso) com seus bigodes de um lado e de outro, longos e rígidos (D'ÉVREUX, 2002, p. 110).*

Sobre o uso do machado de pedra foi relatado:

*Caruatapirã, um dos principais de Cumã, trouxe-nos um desses machados de pedra, ainda tinto de sangue, com alguns tufo de cabelos grudados, e com os miolos do filho do principal Januarã, que ele foi morto, o que se soube por ter sido encontrado sobre seu corpo. Caruatapirã, pegando um desses machados, feito de uma pedra muito dura, talhado em forma de crescente ensinou-me o que eu não sabia, dizendo-me terem os Tremembés todos os meses o costume de velar à noite fazendo seus machados até ficarem perfeitos, em virtude da superstição, que nutriam, de que, indo para a guerra armados com tais instrumentos, nunca seriam vencidos, e sim sempre vencedores. (D'ÉVREUX, 2002, p. 159).*



Figura 8—Tembetás de diversos tipos para adorno facial e lobular. Fonte: Hans Staden, 1999.

Figure 8—Tembetás of various types for facial and lobular adornment. Source: Hans Staden, 1999.

gens, atestando distinções culturais e sociais dos grupos indígenas habitantes da região:

*Havia na Ilha um louco da raça dos Tupinambás que quis ir ao Miarim, na frente dos Tabajaras. Ele foi com eles até Taboukourou, onde encontrou uma velha carcaça de cabeça de homem. Então foi correndo na direção dos Aioupaues onde estavam os Tupinambás e os Tabajaras (D'ÉVREUX, 2002, p. 112).*

Tais referências ganham mais corpo quando associada com o acervo documental que trata da administração pública do Maranhão, a exemplo do Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões (1738 – 1777), cujo códice mais antigo é o Livro n. 01, de 1738 (APEM, 1997) e o farto material sobre os povos indígenas do Maranhão existente no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, publicado no Catálogo dos Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão (BOSCHI, 2002).

Na Ilha de São Luís algumas aldeias indígenas foram descritas no *Livro de registro de assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada junta das Missões na cidade de São Luís do Maranhão (1738 -1777)*.

No referido livro muitas denominações Tupis permaneceram iguais após quase duzentos anos, a exemplo das aldeias detapari, Maracanã, Turu e Maioba.

Sobre a **aldeia de Itapary** ou **São José** foram identificados os seguintes documentos:

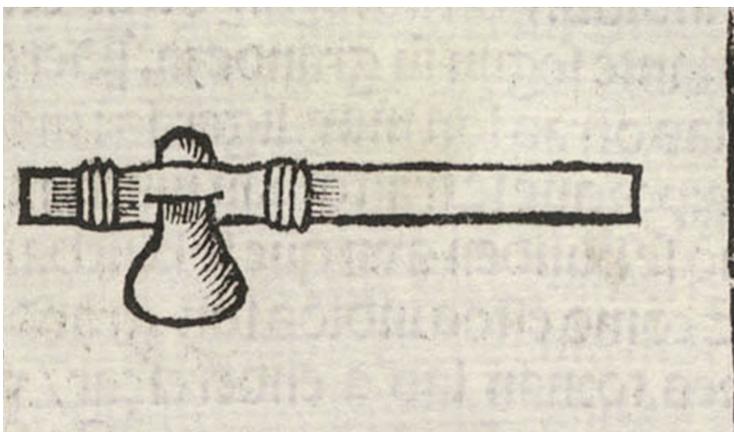
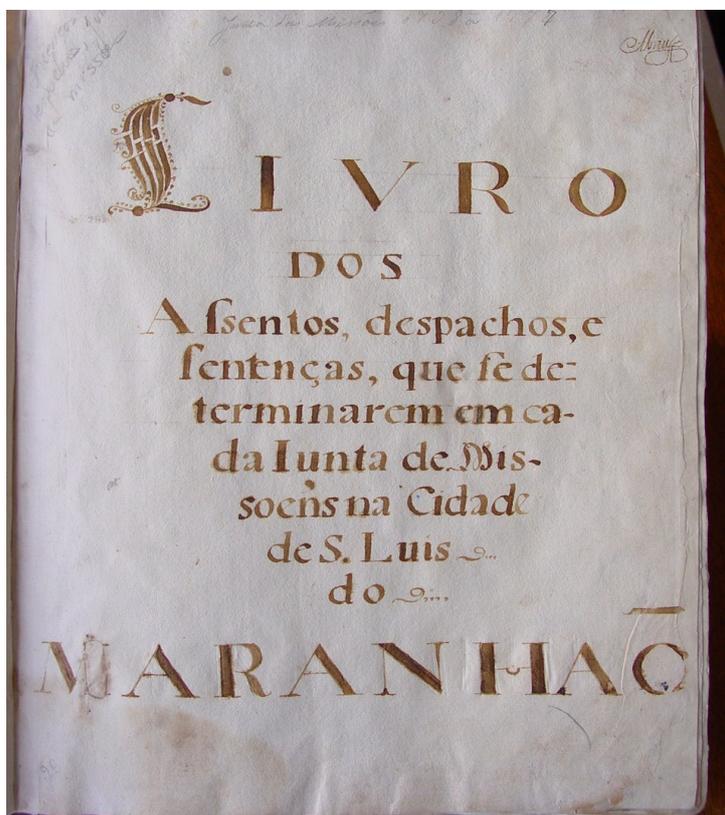


Figura 9—Lâmina de machado de pedra polida com encabamento de madeira. Fonte: Hans Staden, 1999.

Figure 9—polished stone ax blade with wooden encabamento. Source: Hans Staden, 1999.

As etnias indígenas existentes na Ilha de São Luís também foram referenciadas em algumas passa-



**Figura 10**—Livro de registro de assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada junta das Missões na cidade de São Luís do Maranhão (1738-1777).

**Figure 10**—Seats record book, orders and sentences that were determined at each joint Mission in São Luís do Maranhão (1738-1777).

- Termo de junta em que foi analisada declaração do governador e capitão-general do Estado dando conta de haver mandado descer 181 pessoas, entre grandes e pequenas, dos sertões do rio Negro para a aldeia São José, na Ilha do Maranhão, a fim de cuidarem do gado dos contratadores das carnes, como era hábito dos índios dessa aldeia. São Luís do Maranhão, 12 de agosto de 1743; fls. 9-9v.
- Certidão passada por João Ferreira, da Companhia de Jesus, reitor do Colégio de Nossa Senhora da Luz, de São Luís, considerando livres do cativo 10 peças descidas do sertão do rio Japurá, pelo padre João Antonio Baldez e postas na aldeia de São José, na Ilha do Maranhão. São Luís do Maranhão, 1º de agosto de 1745; fls. 11-11v.
- Termo da junta em que foram analisados: requerimento do procurador dos índios solicitando ordem para mandar recolher índios da aldeia de São José, na Ilha do Maranhão, refugiados na ribeira do Itapecuru, no Icatu, na aldeia Turiaçu, sugerindo, ainda, a reorganização da referida

aldeia com os índios julgados livres do poder de Manoel da Silva Leão, que perambulavam pela cidade de São Luís [...]. São Luís do Maranhão, 4 de agosto de 1753; fls. 41-43v.

- Termo da junta em que foram analisados: proposta de Gonçalo Pereira Lobato e Souza, governador da Capitania do Maranhão, para nomeação do Capitão-mor Ignácio Gomes como procurador dos índios, em virtude do falecimento do titular para o estabelecimento, na aldeia São José, dos índios descidos do interior da Capitania pelo capitão José Meirelles. São Luís do Maranhão, 28 de junho de 1755; fls. 53-54v.

Sobre a **aldeia de Maracanã** foi identificado o seguinte documento:

- Termo de junta em que foi analisada representação do índio Caetano solicitando alforria para sua esposa, a índia Maria, da Aldeia Maracanã [...]. São Luís do Maranhão, 16 de setembro de 1748. Fl. 17v.

Sobre a **aldeia de Essauap, Doutrina ou Vinhais Velho** foram referenciados os seguintes documentos:

- Conta do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão a Sua Majestade, por meio do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, encaminhando mapa dos carregamentos de arroz e algodão [...] informando o valor da dívida consolidada com os trabalhadores das fábricas de Vinhais, Alcântara e de São Luís. Maranhão, 28 de julho de 1775; fl. 80.
- Conta do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão a Sua Majestade, por meio do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, comunicando a prisão de Manoel Gomes Viana, ajudante de ordens do Governo, por agressão ao diretor da vila de Vinhais, em virtude desde não ter providenciado a remessa de alguns indígenas solicitados pelo governador do Maranhão, 8 de setembro de 1786; fls. 144-145.
- Portaria do governador e capitão-general do Estado do Maranhão ordenando fornecer ao negociante José Gonçalves da Silva mantimentos para 14 índios da Vila de Vinhais, posto à dis-

posição para o serviço de abertura da “Cachoeira de Cima”, do rio Munim. Palácio de São Luís do Maranhão, 17 de novembro de 1800. Fl. 161v.

- Ofício da Junta Governativa da Capitania do Maranhão ao Diretor da Vila do Vinhais comunicando ter recebido representação de índios contra indiscrição e crueldade com que foram castigados pelo seu diretor, que os ofendeu escandalosamente em seus direitos de liberdade estabelecidos em lei; e declarando que nenhum diretor ou qualquer autoridade tem poderes para punir e flagelar índios. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 26 de setembro de 1812; fls. 33-33v.
  - Portaria da Junta Governativa da Capitania do Maranhão nomeando Brás Antônio dos Reis o principal dos índios da Vila de Vinhais por haver falecido o ocupante do cargo, sendo obrigado a todos os índios desta vila a reconhecê-lo como tal, cumprir e guardar suas ordens. São Luís do Maranhão, 16 de outubro de 1811; fl. 38.
  - Ofício do governador e capitão-general da capitania do Maranhão a Antonio Raimundo Correia, juiz ordinário da Vila de Viana, comunicando a soltura de dois índios pertencentes à vila de Vinhais, concedendo-lhes para habitarem na Vila de Viana, que necessitava de oficiais de ferreiro. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 30 de julho de 1813; fls. 187-188v.
  - Ofício do governador e capitão-general da capitania do Maranhão ao desembargador Luís de Oliveira Figueiredo e Almeida, juiz de fora da Vila Nova de Caxias, informando-lhe sobre as providências acerca das guarnições militares, lamentando os “funestos sucessos, ações e pilhagens dos índios aldeados na nova povoação de que é comandante Antônio Martins Jorge”, causados pelo desleixo do comandante e soldados [...] achando infrutífero e perigoso mandar guerreiros com pretexto de auxiliar a bandeira contra os timbiras e depois fazer conduzir o resto da aldeia a esta cidade para irem se aldear em Vinhais e Paço do Lumiar [...]. São Luís do Maranhão, 31 de julho de 1816; fls. 170v-173.
- Sobre a **aldeia do Iguaiá** ou **Paço do Lumiar** foram referenciados os seguintes documentos:
- Portaria do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ordenando ao diretor da Vila de Paço do Lumiar a doação de índios para o serviço do Palácio do Bispo da Diocese. Palácio de São Luís do Maranhão, 14 de julho de 1799; fl 41.
  - Portaria do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ordenando ao diretor da Vila de Paço do Lumiar que ponha à disposição da Provedoria Geral dos Ausentes os índios necessários ao carregamento da galera naufragada nos baixos de Santa Ana. Palácio de São Luís do Maranhão, 1º de dezembro de 1800; fl 165.
  - Ofício do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ao capitão Tomás de Aquino ordenando-lhe passar em revista as três companhias do Paço do Lumiar e uma de São José, todas do 2º Regimento de Índios. Palácio de São Luís do Maranhão, 12 de maio de 1802; fl 79.
  - Ofício da Junta Governativa da Capitania do Maranhão ao senhor José Raimundo da Costa, juiz ordinário da vila do Paço do Lumiar, informando sobre a insubordinação dos índios ao seu respectivo diretor [...]. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 17 de junho de 1811. Fls. 12-12v.
  - Ofício do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ao desembargador Luíz de Oliveira Figueiredo e Almeida, juiz de fora da Vila Nova de Caxias, informando-lhe sobre as providências acerca das guarnições militares; lamentando os “funestos sucessos, ações e pilhagens dos índios aldeados na nova povoação de que é comandante Antônio Martins Jorge”, causados pelo desleixo do comandante e soldados do destacamento, os quais devem ser punidos: dizendo-lhes dos seus receios de que esses aldeamentos não correspondam “à prosperidade dos seus princípios” devido “a índole e barbaridade desta gente” de tão fácil chamamento e de tão inconstante perseverança, exigindo para seu florescimento e conservação muita “atividade,

vigilância e arte para os suster na ordem social: achando infrutífero e perigoso mandar guerreiros com pretexto de auxiliar a bandeira contra os Timbira e depois fazer conduzir o resto da aldeia a esta cidade para irem se aldear em Vinhais e Paço do Lumiar [...]. São Luís do Maranhão, 31 de julho de 1816; fls. 170v-173.

Diferentemente dos escritos dos cronistas, a documentação do século XVIII e XIX relatava aspectos civis e administrativos e o trato da Coroa Portuguesa com os povos indígenas. Contudo, a indicação de algumas aldeias já transformadas em Vilas, auxilia, sobretudo, na identificação das antigas localidades habitadas pelos Tupis e informam do aprisionamento e transferência de populações indígenas de diversas regiões do Brasil para a Ilha de São Luís, fazendo com que a região, após quase dois séculos da presença portuguesa se tornasse uma cidade multiétnica.

### Apontamentos para pesquisa arqueológica

O escritor César Marques citou que os primeiros apontamentos sobre a existência de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís datam do século XIX e foram feitos pelo padre José Inácio Portugal, em 1857, conforme descrito:

*Em 1857, o pe. José Inácio Portugal, vigário de São José dos Índios, informou acerca desta freguesia ao Dr. Antônio Rego, como se lê no Almanaque do Maranhão para 1858, organizado por este polígrafo maranhense: “abundam cascas de sernambi por toda a parte, havendo-as em grande cópia nos cabeços dos morros, o que denuncia ter sido este terreno inundado em remotas eras por algum dilúvio parcial” (MARQUES, 2008, p. 143).*

No entanto, as primeiras referências sobre a existência de cultura material associada a grupos Tupis são atribuídas ao geógrafo e naturalista Raimundo Lopes, ainda na década de 1920:

*A cerâmica dos sambaquis maranhenses é de técnicas mais rudimentares que a da maior parte das estearias ou a dos tupis históricos (cemitério do Cutim do Padre,*

*pesquisas de Antônio Lopes e Braulino de Carvalho). Com efeito não encontramos nos sambaquis cerâmica pintada, mas apenas gravada, com bordas marcadas a dedos, raspagens, etc., formando estas desenhos geométricos. Achamos também (Maiobinha) uma cabeça de animal (LOPES 1970, p. 183).*

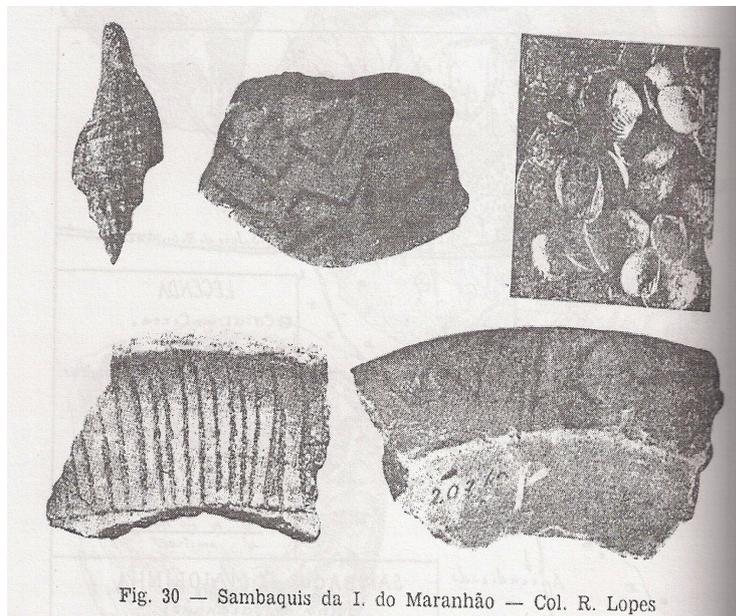


Fig. 30 — Sambaquis da I. do Maranhão — Col. R. Lopes

**Figura 11**—Material arqueológico coletado nos sambaquis da Ilha do Maranhão, denominada de Coleção Raimundo Lopes, depositada no Museu Nacional, Rio de Janeiro. (Autoria: LOPES, 1937).

**Figure 11**—Archaeological material collected in Maranhão Shellmiddens, named Raimundo Lopes Collection, deposited in the Museu Nacional, Rio de Janeiro. (Author: LOPES, 1937).

Outro pesquisador que relatou sítios arqueológicos Tupi na região foi o etnógrafo alemão Curt Nimuendajú, que em correspondência ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira escreveu, em carta de 23 de setembro de 1928:

*Hoje, porém como é domingo, resolvi dar um passeio. Tomei a Kodak embaixo do braço e fui com o bonde para o Anil. De lá continuei a pé a esmo pela estrada afora que vai a São José de Ribamar. Capoeiras, sítios sonolentos, um negro com um cofo, poeira, duas negrinhas, areia, um solão abraçador, uma negra com um cofo, etc. etc. O passeio começou a enfadar-me e pensei em voltar. Mas, de repente: - ?! - !!! Cacos de louça de índio!!! O chão todo salpicado de fragmentos de conchílios!!! Tudo isso nos barrancos ao lado da estrada onde passava placidamente um negro velho com dois cofos:*

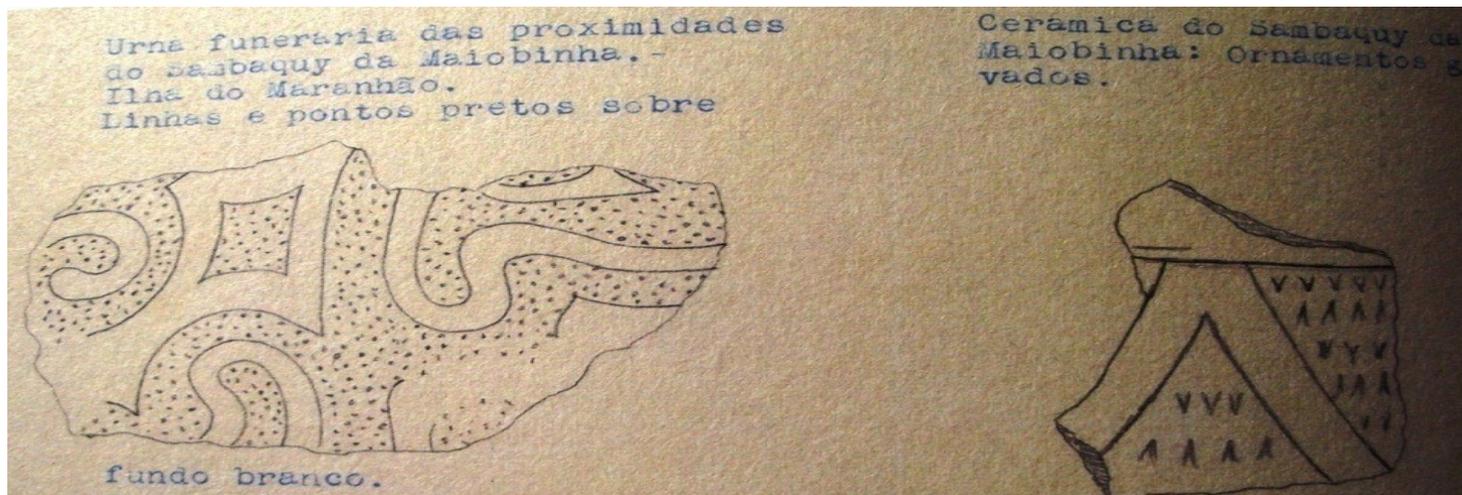
*“Hein, colega? Como se chama este lugar aqui?”*

“Maiobinha”

*Sem ter a menor intenção de me ocupar com investigações arqueológicas eu tinha dado de nariz no Sambaqui da Maiobinha!*

*Eu me lembrava malmente que Raimundo Lopes (aí tinha rebentado o cordão da máquina, de maneira que só pude continuar a carta [...] (NIMUENDAJU, 2000, p.18).*

*ornamentos são gravados. Disseram-me que foram encontradas outras igaçabas lisas e sem pintura dentro do próprio sambaqui. Todas as igaçabas aí encontradas serviram para enterro secundário: aquela da qual eu trouxe os fragmentos podia ter tido uns 60 cm de diâmetro no máximo. Todas pertencem claramente às (diversas?) populações pré-tupi da Ilha (NIMUENDAJU, 2000, p.118).*



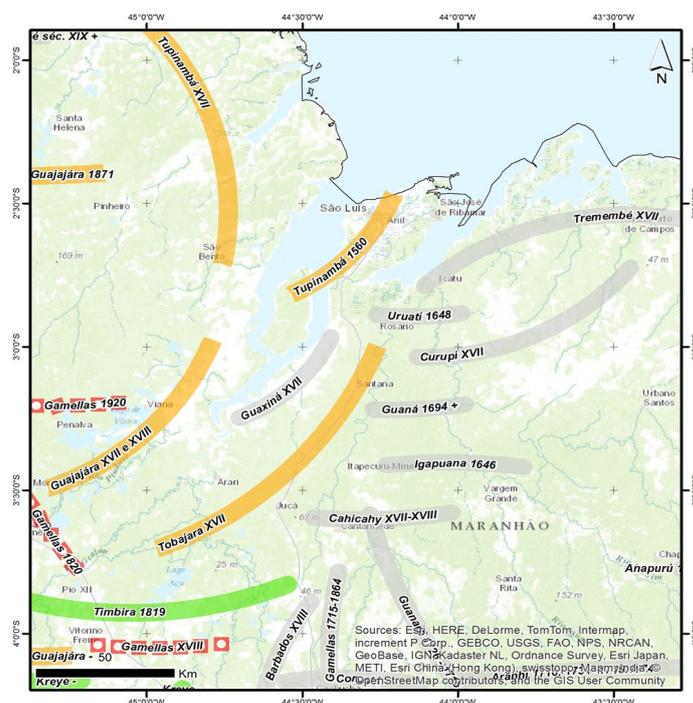
**Figura 12**— Reprodução de fragmentos cerâmicos encontrados no entorno do sambaqui da Maiobinha feita por Curt Nimuendajú, em 14 de outubro de 1928.

**Figure 12**—Reproduction of ceramic fragments found in the vicinity of the sambaqui Maiobinha made by Curt Nimuendajú, on October 14, 1928.

Na continuação da carta ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira, o pesquisador retomou a descrição sobre o sambaqui da Maiobinha em 26 de setembro de 1928:

*Pois como eu ia dizendo: só tinha uma vaga lembrança que Lopes mencionava este sambaqui no seu trabalho sobre as estearias. Resultado: consegui num só sítio um monte de cacos pintados provenientes de uma igaçaba. O velho que descobriu ela teve a péssima lembrança de soltar diversos “Diabos” quando tirou-a do buraco. Conseqüência: o dinheiro virou todo em obra de 1 quilo de pó amarelo, e o velho, justamente indignado com esta transformação, vingou-se na igaçaba bem vingado, quebrando-a bem miudinha. Mesmo assim achei muito interessantes ornamentos naqueles cacos. Consistem de labirintos e volutas de linhas e pontinhos de tinta preta sobre fundo de esmalte branco, e barras vermelhas. Arrumei mais três instrumentos de pedra. Estas coisas foram encontradas na beira do dito sambaqui. A louça que se acha misturada com os conchilios é quase toda lisa e, quando enfeitada, os*

Além das informações arqueológicas, Curt Nimuendajú, em seu mapa etnohistórico sobre os povos indígenas brasileiros indicou a presença dos Tupi-



**Figura 13**—Mapa etnohistórico de Nimuendajú com a indicação da ocupação Tupinambá para Ilha de São Luís.

**Figure 13**—ethno historical map Nimuendajú indicating the Tupinambá occupation to Ilha de São Luís.

nambána Ilha de São Luís e terras vizinhas, em áreas continentais.

Em 1926, uma nota foi publicada no primeiro volume da Revista trimestral do Instituto de Historia e Geographia do Maranhão, com o título *Achado Archeologico*, de autoria do então diretor da revista, Antônio Lopes da Cunha, irmão de Raimundo Lopes:

*O Snr. Dr. Franklin Ribeiro Viégas, um investigador paciente da flora maranhense, communicava ha pouco, ao director desta Revista haver o Snr. Euclides Gomes da Silva, morador do sitio da Snra. D. Luísa Soares Ferreira, que fica ao lado esquerdo da estrada carroçável para o Anil, a alguns metros para além da ponte sobre o riacho Cutim, achado umas antigalhas curiosas quando realizava alli escavações para plantar um bananal. O Dr. Antônio Lopes dirigiu-se ao lugar indicado, como o Dr. Viégas e lá, em companhia ainda do agricultor já referido e dos Snrs. José A. da Silva Guimarães e Luíz Aranha, achou alguns vasos de barro, dos quaes o maior tem uns 50 centímetros de diâmetro médio, machados de pedra e collares de contas extrahidos pelos trabalhadores da plantação, declarando-lhe o proprietário desta que os vasos estavam cheios de ossos tão decompostos, que os trabalhadores, na ância de encontrar dinheiro sob a camada de terra que os recobria, esfarelaram na sua ausencia. Alguns fragmentos desses ossos foram recolhidos. Em pesquisa realizada na ocasião da visita do Dr. Antônio Lopes ao local foram encontrados, a alguns metros da superficie do solo, outros machados de pedra, cascas de ostra (o terreno é todo capeado de uma espessa camada onde ellas são abundantes), contas esparsas, restos de carvão. Do material recolhido remetteu-se uma parte ao Professor Raymundo Lopes, no Rio de Janeiro, a fim de o estudar. O Snr. Dr. Abranches de Moura levantará um croqui do lugar, de modo a precisar a situação topographica. Não é incrível que se trate de mais um sambaqui, mas devemos aguardar que se pronuncie sobre o material que lhe foi remittido nosso ilustrado conterraneo, o professor Raymundo Lopes. A hipothese mais simples de um cemiterio de indios não é inviável e mesmo nesta o material deve ser reputado muito antigo, porquanto desde o século XVII não há indios em estado selvagem usando armas de pedra na Ilha do Maranhão. O mais curioso do*

*achado é constituído, porém, pelos collares e contas esparsas pelo feitio e qualidade do vidro que são fabricados (LOPES DA CUNHA, 1926, p. 77).*

Segundo Antônio Lopes da Cunha, em nota complementar no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (2008), todo o material coletado foi depositado no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão:

*O material foi recolhido ao Instituto de História e Geografia do Maranhão. Raimundo Lopes classificou esta jazida arqueológica como enterratório indígena dos tupis, escrevendo na memória A Natureza e os Monumentos Culturais: “entre esses enterratórios destacam-se os dos tupinambás, entre os quais, o do Cutim, com vasos de barro e pérolas de vidro” (pesquisas de Antônio Lopes e João Braulino de Carvalho) (LOPES DA CUNHA, 2008, p. 143).*

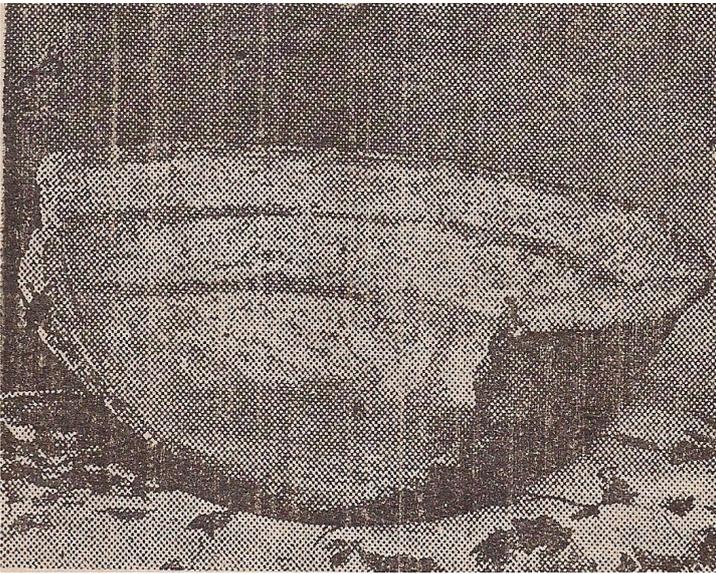
Raimundo Lopes (1970) retomou a descrição do sítio arqueológico do Cutim, com base na observação da cultura material coletada por seus colegas:

*A cerâmica do Cemitério do Cutim do Padre é análoga à cerâmica Tupi do litoral e do Sul (v. g. a. da jazida de Piranga (H. A. Tôrres) e as figuradas em La Civilization matérielle des Tupy-Guarany, de Metreaux. Nesse enterratório encontram-se, em conexão com as respectivas urnas, muitas pérolas “de vidro” e miçangas menores que fazem pender a nossa opinião no sentido da origem pós-colonial e sobretudo franco-normada, de tais artefatos no Brasil (LOPES, 1970, p. 184).*

Em Nota sobre a arqueologia da Ilha de S. Luís, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, em 1957, o sítio do Cutim foi novamente referenciado por João Braulino de Carvalho, que realizou a coleta do material arqueológico, juntamente com Antônio Lopes:

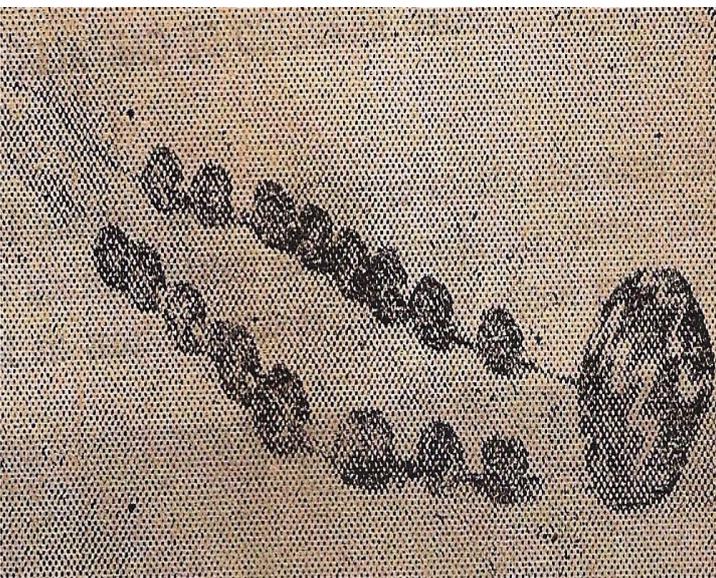
*Em escavações praticadas por mim, com Antônio Lopes, na antiga Ilha Grande, encontramos precioso material, pela sua raridade. Na valiosa coleção de urnas*

*encontradas, todas em forma de alguidares, apresentando em sua ornamentação, zonas de punção, principalmente na face externa próxima à abertura. Desenhos circulares, volutas de traços finíssimos. Na face interna duas faixas circulares, vermelhas (urucú) na altura do terço inferior. O conteúdo dessas urnas era cinza e fragmentos de ossos. Em uma delas os ossos estavam mais conservados. Dentro deste e pertencente a uma moça, encontramos um colar de contas de vidro. São lapidadas, apresentado a forma hexagonal, de cores vermelhas, azul escuro e uma franja branca. Em todas havia um orifício na parte central. São estas contas famosas “pérolas de veneza”, assim, chamadas por serem fabricadas em Veneza” (CARVALHO, 1956, p. 7).*



**Figura 14**—Urna com características filiadas à Tradição Tupiguarani, Subtradição Tupinambá, com clara indicação das faixas e frisos sobre engobo branco. Foto: (Autoria: Carvalho, 1956).

**Figure 14**—Urn with affiliated features Tradition Tupiguarani, Subtradição Tupinambá, with clear indication of the tracks and friezes on the white. Photo: (Author: Carvalho, 1956).



**Figura 15**—Colar de pedra já montado, com contas de vidro de diversos tamanhos e formatos. Foto: (Autoria: Carvalho, 1956).

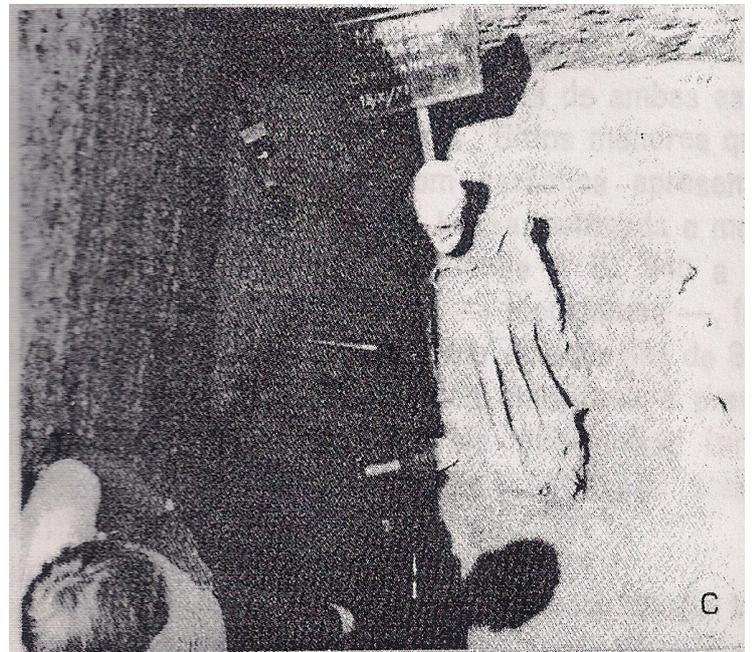
**Figure 15**—Stone necklace, with glass beads of various sizes and formats. Photo: (Author: Carvalho, 1956).

Sobre a idade do sítio arqueológico, o autor afirmou: “somos de parecer que a urna contendo ‘Pérolas de Veneza’ pertencente à Jovem do Cutim Grande, tem cerca de 400 anos” (CARVALHO, 1956, p. 7).

Já na década de 1970, ainda no âmbito do Pronapa foi realizado o Projeto São Luís, coordenado pelo arqueólogo Mário Ferreira Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi, que identificou vários sambaquis na Ilha de São Luís, dos quais apenas dois sítios, o Maiobinha e Guaíba puderam ser escavados.

Tal projeto objetivava compreender os sambaquis da Ilha de São Luís, observando se essas ocupações humanas apresentavam as mesmas características socio-culturais em relação aos sambaquis paraenses, uma vez que a área geográfica em que os sambaquis estavam inseridos era bastante semelhante.

Apesar de o autor confirmar a existência da cerâmica Mina, tipo específico associado aos grupos de pescadores-coletores que ocuparam esses sambaquis, Simões informou que outros sambaquis continham fragmentos cerâmicos temperados com areia e outros com cariapé, distintos daqueles dos sambaquis” (SIMÕES, 1975).



**Figura 16**—Sepultamento fletido entre 1,80/2,00 m exumando no Sambaqui da Maiobinha, na Ilha de São Luís. (Foto: SIMÕES, 1981b).

**Figure 16**—Burial flexed between 1.80 / 2.00 m exhuming the Sambaqui the Maiobinha in Ilha de Luís (Photo: Simões, 1981b).

Em relação ao Sambaqui de Guaíba (MA – SL – 8) Simões relatou:

*O sambaqui de Guaíba, por sua vez, fora parcialmente destruído, exibindo um refúgio residual de apenas 1,0m de profundidade com sinais de perturbação. Ainda que diferentes entre si, as cerâmicas de ambos mostram-se melhor confeccionadas que as dos demais sambaquis locais, inclusive, com técnicas decorativas sofisticadas (SIMÕES, 1981a, p. 161).*

As pesquisas de Simões foram retomadas por outros pesquisadores, a exemplo do antropólogo Olavo Correia Lima, que descreveu a cultura material existente no Sambaqui da Maiobinha:

*O homem da Maiobinha possuía cultura neolítica. Era apanhador de víveres e agricultor incipiente, com vida sedentária em aldeias. Usavam implementos líticos polidos, a exemplo de seus machados, com os quais faziam as roças de mandioca, com ajuda de coivaras. Usavam forte cerâmica, algumas decoradas com traços incisivos e excisos com os quais faziam vários desenhos, algumas pinturas mono ou policromáticas. Alimentavam-se de preferência de caça e da pesca, cujas reminiscências fósseis são encontradas, especialmente as resistentes conchas de moluscos, etc. (LIMA e AROSO, 1989, p. 76).*

Ainda sobre o sambaqui da Maiobinha alguns pesquisadores que trabalharam com Simões no Projeto São Luís relataram:

*O sambaqui da Maiobinha, que estava em melhor estado de conservação, apresentou refúgio ocupacional de cerca de 2 metros de espessura, composto, principalmente por valvas de moluscos em mistura com fragmentos de cerâmica, de artefatos líticos, vértebras de peixes, ossos de animais e presença de dois sepulcros. Em uma primeira tentativa de seqüência seriada, notamos que a cerâmica é temperada, predominantemente, com conchas trituradas, seguido por areia e areia com cacos moídos. Junto a este material há outro, intrusivo, temperado com cariapé. O tipo de decoração predominante é a pintura ou banho vermelho. Já é uma cerâmica melhor elaborada e com técnicas decorativas bem so-*

*fisticadas (MACHADO et al., 1991, p.100).*

Atualmente, com o avanço das pesquisas arqueológicas, é possível afirmar que a Ilha de São Luís possuía muito mais aldeamentos Tupis do que as 27 aldeias observadas pelos religiosos franceses no século XVII. Além disso, muitas ocupações vinculadas a esses povos situam-se sobre outros sítios arqueológicos, a exemplo de sambaquis e outros sítios lito-cerâmicos.

Portanto, fica evidente que os sambaquis foram reocupados por outros grupos humanos, especialmente povos Tupi, ao longo dos séculos. As diferenciações dos tipos cerâmicos observadas pelos pesquisadores refletem essa situação, visto que além das descrições detalhadas dos sítios arqueológicos, desenhos e fotografias possibilitaram observar que existe cultura material cerâmica presentes em sambaquis, que associa-se claramente aos povos Tupinambá que habitaram a Ilha de São Luís no momento da chegada dos europeus.

## Considerações finais

A associação das fontes históricas e as informações arqueológicas forneceu uma perspectiva de longa duração para confirmação da presença Tupi na Ilha de São Luís, principalmente no período de contato entre os indígenas e os europeus e no período colonial. Evidentemente, para as ocupações pré-coloniais mais recuadas ou anteriores a presença Tupi na Ilha apenas os dados arqueológicos podem colaborar com a compreensão da história de longa duração dessa região.

O cruzamento das informações históricas e arqueológicas já permitiu a identificação de onze, das vinte e sete aldeias registradas pelos franceses no século XVII. Nesses sítios foi observada cultura material estreitamente associada aos povos Tupinambás, em particular a cerâmica policroma e lâminas de machado polidas.

Nos documentos históricos especial atenção foi dada aos locais das aldeias, seus líderes, modos de vida, aspectos culturais e formas de catequese. Além dos documentos oficiais, existiram relatos produzidos nos primórdios da colonização maranhense, entre 1612 a 1700, que só vieram a público após o século XVIII, na Europa e no Brasil, a exemplo dos escritos capuchinhos.

haria e, posteriormente escavados por Bandeira (2013; 2014).

O mapa a seguir ilustra as aldeias conhecidas em relação ao núcleo mais habitado da Ilha de São Luís

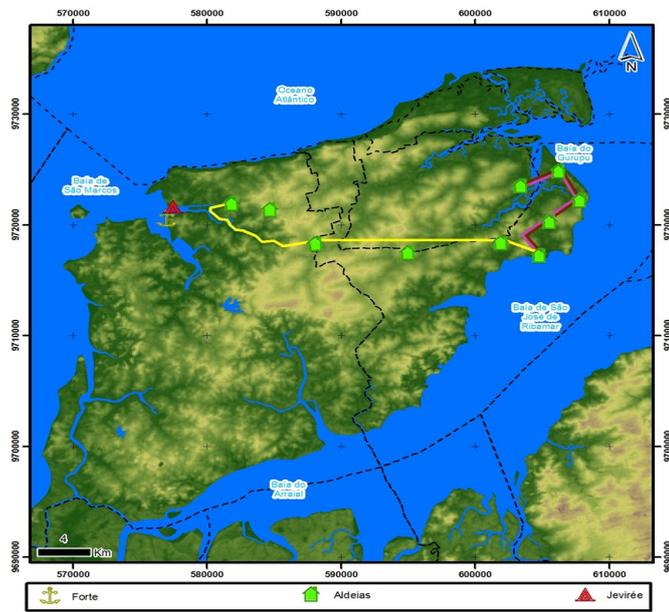


Figura 17—Indicação das aldeias Tupinambá localizadas pela pesquisa arqueológica.

Figure 17—Indication of Tupinambá villages located by archaeological research.

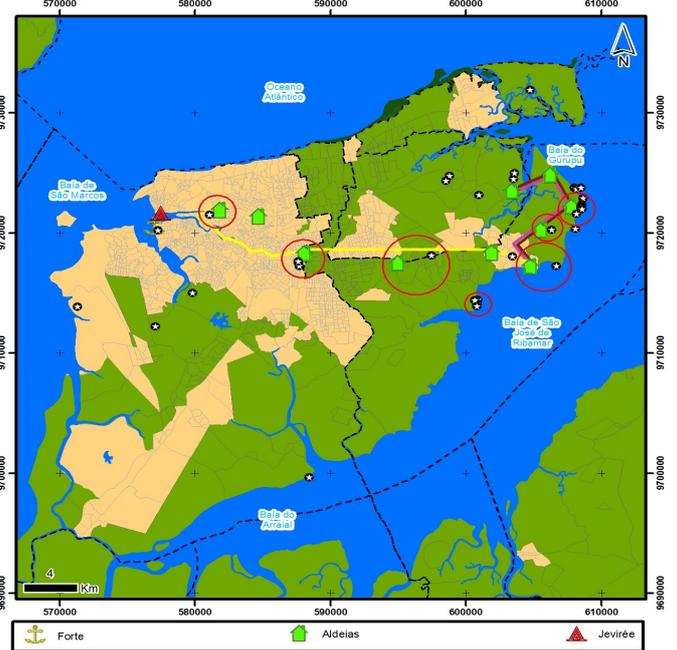


Figura 19—Indicação das aldeias Tupinambá e sítios arqueológicos em relação ao crescimento urbano da Ilha de São Luís.

Figure 19—Indication of Tupinambá villages and archaeological sites in relation to the urban sprawl of Ilha de São Luís.

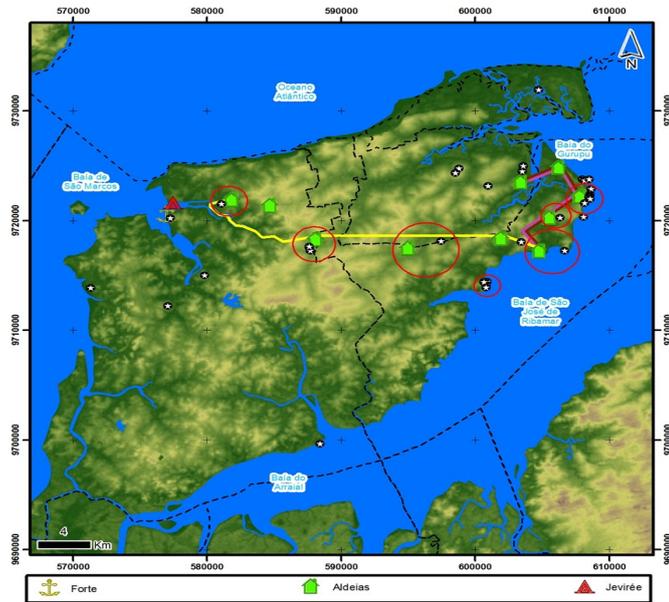


Figura 18—Indicação das aldeias Tupinambá e sítios arqueológicos próximos já identificados.

Figure 18—Indication of Tupinambá villages and archaeological sites close already identified.

Evidentemente que a expansão urbana para além do núcleo fundacional da cidade e o adensamento populacional acelerado nas últimas décadas levaram a destruição de muitos sítios arqueológicos e os possíveis locais das outras aldeias Tupinambá, a exemplo dos sítios Essauap e Maioba, atualmente os sítios Vinhais Velho e Maiobinha, respectivamente, que foram descobertos acidentalmente em atividades de engen-

e a expansão da *urbis* em relação às áreas verdes remanescentes.

Conforme exposto, as pesquisas arqueológicas que se valem das fontes históricas e documentais têm a grande possibilidade de reunir uma gama de informação a respeito da história de longa duração dos povos que ocuparam o Brasil. Para o período de contato, entre os séculos XVI e XVII tal documentação se reverte de maior importância para arqueologia, uma vez que são ricos os relatos sobre as populações indígenas encontradas pelos portugueses, espanhóis, franceses e holandeses.

Particularmente para os povos Tupi a farta documentação histórica aliada com os relatos arqueológicos demonstra a presença desses povos na Ilha de São Luís desde antes da chegada dos colonizadores franceses, no século XVII, possivelmente advindos de outras regiões do Nordeste, restando a pesquisa atual permanecer avançado na descoberta e estudo desses sítios arqueológicos.

## Referência bibliográfica

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões (1738 – 1777). Livro n. 01, de 1738. São Luís – MA.

\_\_\_\_\_. Repertório de documentos para a História Indígena do Maranhão. São Luís: SECMA, 1997.

BANDEIRA, Arkley Marques. Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. Vinhais Velho: arqueologia, história e memória. São Luís: Foto Studio Edgar Rocha, 2014.

BOSCHI, Caio. Catálogo dos Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). São Luís: FUNCMA/AML, 2002.

CARVALHO, João Bráulino. de. Nota sobre a arqueologia da Ilha de São Luís. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. v. VII, n. 6. São Luís, 1956, p. 7-8.

D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'ÉVREUX, Yves de. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. Atlas escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Situação Ambiental da Ilha do Maranhão/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís: IMESC, 2011.

LIMA, Olavo Correia; AROSO, Odir Correia Lima. Pré-História Maranhense. São Luís-MA: SIOGE, 1989.

LOPES, Raimundo. O torrão maranhense. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

\_\_\_\_\_. A natureza e os monumentos culturais. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.1, Rio de Janeiro: MEC, 1937, p. 77-106.

\_\_\_\_\_. Uma região tropical. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

LOPES DA CUNHA, Antônio. Um achado archeologico. Geographia e História. Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão. Ano I, n. 1, 1926, São Luís, 1926, p. 77.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Método moderno de Tupí Antigo. A língua do Brasil dos Primeiros séculos. 3ª ed. São Paulo: Global, 2005.

NIMUENDAJU, Curt. Cartas do Sertão de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação e notas: HARTMANN, Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

\_\_\_\_\_. Mapa etno-histórico de Curt Nimeundaju. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NOBERTO, Antônio. (Org.). França Equinocial: uma história de 400 anos em textos, imagens, transcrições e comentários. São Luís: Projeto Gráfico Editora, 2012.

MACHADO, Ana Lúcia; CORRÊA, Conceição Gentil; LOPES, Daniel F. Os sambaquis da Ilha de São Luís – MA. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO, 1, 1991. Anais... Recife: UFPE – CLIO – Série Arqueológica v.1, n. 4 – extra, 1991, p. 99-100.

- MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3. ed. rev. e ampl. São Luís: Edições AML, 2008.
- PREFEITURA DE SÃO LUÍS. São Luís: uma leitura da cidade. Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís, 2006.
- PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Arqueologia Brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publicações Avulsas, n. 12. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.
- RIBEIRO DO, Amaral. Fundação da cidade de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. Investigando a origem e o desenvolvimento de orações dependentes nas famílias do tronco lingüístico Tupi. Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, dez. 2006, p. 11-32.
- SÃO LUÍS Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.
- SCHMITZ, Pedro. Inácio. A decoração plástica na Cerâmica da tradição Tupiguarani. In Prous, A.; Lima, T. A. (ed.). Os Ceramistas Tupiguarani: volume II – Elementos Decorativos. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010.
- SIMÕES, Mário. Ferreira. Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à arqueologia da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975.
- \_\_\_\_\_. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Nova Série, Belém, n. 78, 1981a.
- \_\_\_\_\_. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870 – 1981). Suplemento Acta Amazônica, n. 11 (1), 1981b, pag. 149-165.
- STADEN, Hans. Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.
- VAZ, Leopoldo GilDulcio. Vila do Vinhais: segunda povoação do Maranhão? Publicado em O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 31 de julho de 1994, Domingo, Caderno Alternativo, p. 28.

*Submissão: 07/05/2015*

*Aceite: 01/08/2015*